

# Jerson Kelman: "A discussão sobre as águas do Paraíba do Sul caiu no delírio das emoções"

A disputa pelo uso do Rio Paraíba do Sul entre os governos de São Paulo e Rio de Janeiro é uma bravata de fundo eleitoral, diz o criador da Agência Nacional de Águas

**ALINE RIBEIRO**

07/04/2014 07h00 - Atualizado em 07/04/2014 09h42

 Kindle



O CRIADOR

Jerson Kelman, o fundador da ANA. "Dediquei minha vida a isso – e o sucesso foi parcial" (Foto: Adriano Machado/Ed. Globo)

O engenheiro civil Jerson Kelman tem um bom palpite sobre a crise da água entre São Paulo e Rio de Janeiro. Segundo ele, se o Brasil tivesse uma instituição forte e uma legislação clara para definir a quem pertencem os rios, disputas como essa talvez nem acontecessem. Kelman ajudou a idealizar, em 2001, a Agência Nacional de Águas (ANA) – fundada exatamente para deliberar sobre o tema. "Quando criamos a agência, achávamos

que ela teria esse papel de dirimir os conflitos pela água. Mas nasceu pobrinha, e a confusão na lei sobre o domínio dos rios atrapalhou”, afirma. Enquanto o pulso firme não chega, continua a briga entre os governadores Geraldo Alckmin (PSDB) e Sérgio Cabral (PMDB) pelas gotas do Rio Paraíba do Sul.

### >> **O Brasil pede água**

#### **ÉPOCA – É a primeira vez que o Brasil briga por um rio?**

**Jerson Kelman** – Uma comoção parecida, embora não entre Estados, foi a transposição do Rio São Francisco. Especialmente porque o bispo Cappio fez uma greve de fome. Transposições existem pelo Brasil afora. Quase metade da água de São Paulo é uma transposição do Rio Piracicaba. Em torno de 75% da vazão média no local onde é feita a transposição é desviada. Só 25% seguem o curso natural do rio. A água que alimenta o Rio de Janeiro sai toda do Paraíba do Sul. Cerca de 65% no local do desvio vai para a região metropolitana do Rio, e o resto segue em frente. A retirada do São Francisco será mínima em comparação com essas cidades: 2%, 3% da vazão média. Apesar disso, causou uma grande celeuma.

### >> **Volume morto? Entenda de onde sairá a água para abastecer SP**

#### **ÉPOCA – Quais foram os motivos dessa celeuma?**

**Kelman** – Havia dois tipos de oposição ali. A primeira era emocional. Sem fazer conta nenhuma, as pessoas sentem sede na região doadora quando precisam compartilhar alguma coisa. O ser humano é pouco generoso. A bacia doadora se sentiu ameaçada, achou que o rio secaria. Não tinha fundamento técnico nenhum, porque o desvio era muito pequeno. A segunda oposição é mais razoável, está ligada à concepção da obra. Quando se faz uma obra, é preciso olhar não só a fase de construção, mas também para quem operará e fará a manutenção. Senão, você acaba criando um elefante branco. Há muito lobby para fazer obra, e pouco ou nenhum para fazê-la funcionar. É por isso que temos um monte de infraestrutura enferrujando no Brasil.

### >> **Não culpe as mudanças climáticas pela falta d'água agora**

#### **ÉPOCA – As questões emocionais atrapalham o debate?**

**Kelman** – Quando o debate fica numa luta política e emocional, há um grande desserviço. Isso ofusca a discussão sobre temas técnicos e institucionais relevantes. No caso do São Francisco, a obra poderia ter sido menor, com a equação econômica da sustentabilidade. Mas ficou lá o Cappio levantando uma questão boba. Acabou com todo mundo preocupado se ele morreria ou não. E não se discutiu o necessário.

### >> **Vai faltar água em São Paulo?**

#### **ÉPOCA – É o que acontece agora entre os governos do Rio de Janeiro e São Paulo, em torno do Rio Paraíba do Sul?**

**Kelman** – O governo federal corre um risco parecido. Tirar 5 metros cúbicos por segundo do Rio Paraíba do Sul para desviar para São Paulo é muito pouco. Corresponde a 2% da vazão média na divisa com o Rio de Janeiro. Então, por que estão brigando? Quando a coisa fica assim na base da bravata – “Nem uma gota para os paulistas”, diz o Cabral; “Ah, essa água é minha”, diz o Alckmin –, é o pior ambiente possível. No fundo, é um problema eleitoral. Como quando o presidente argentino Leopoldo Galtieri provocou a (*ex-primeira-ministra britânica*) Margaret Thatcher. Deu no que deu: uma guerra pelas Ilhas Malvinas. A discussão rapidamente caiu no delírio das emoções, da disputa política.

#### **ÉPOCA – Os moradores do Rio de Janeiro e do entorno do Paraíba do Sul não precisam se preocupar com a falta de água?**

**Kelman** – Duas coisas, de fato, assustam quem mora ali. A primeira é a falta de informação. Eles não sabem que o pedido é muito pouco. A segunda é que São Paulo é um polo populacional sedento. Pode começar pedindo pouco, depois crescer. O plano da macrometrópole de São Paulo identificou muitos pontos possíveis para desviar água para a cidade. No caso do Rio, eles só têm o Rio Paraíba do Sul.

**ÉPOCA – Quem define o domínio sobre a água? Os rios são do governo federal ou dos Estados?**

**Kelman** – Esse é um tema complicadíssimo sob o ponto de vista jurídico. A Constituição de 1988 diz que os rios que cruzam fronteiras são de domínio da União, mas é muito vaga. A Constituição de 1967, dos militares, tinha uma visão muito patrimonialista. Se o rio está dentro de São Paulo, é de São Paulo. Se faz fronteira ou cruza outro Estado, é da União. Como a Constituição de 1988 é confusa, a anterior permaneceu. Alguns juristas e advogados dirão que

Alckmin, se quiser, pode secar o Rio Jaguari, afluente do Paraíba do Sul. Essa confusão que chamamos de dupla dominialidade atrapalha muito.

"São Paulo é um polo sedento.

Pode começar pedindo pouco, depois crescer"

**ÉPOCA – O senhor criou o sistema de gestão de bacias que funciona até hoje no Brasil. Em que modelo foi inspirado?**

**Kelman** – Existem duas coisas: uma lei de recursos hídricos, de 1997; e uma lei que cria a Agência Nacional de Águas (ANA), de 2001. Participei das duas. Nos inspiramos no modelo francês, motivado pela necessidade de tratar a poluição dos rios nos anos 1960. Se os rios não fossem sujos, a quantidade de água disponível, em geral, seria suficiente para abastecer as metrópoles. Mas, como esses rios perto das cidades vão ficando poluídos, você precisa buscar cada vez mais longe. Se fosse possível tratar o esgoto perto da cidade, não seria preciso pegar água tão longe.

**ÉPOCA – Como funciona o modelo francês?**

**Kelman** – O governo dividiu o país em seis regiões e criou uma agência para cada uma. Simultaneamente, passou a cobrar imposto na conta de água de quem residia num município, e não tratava o esgoto. O princípio poluidor-pagador. Para diminuir a conta de água dos cidadãos, os prefeitos começaram a tratar seus esgotos. Foram buscar dinheiro nas agências de bacias, que arrecadavam do próprio cidadão. As agências passaram a ser entidades financiadoras. Para dar legitimidade às agências, foram criados os comitês de bacias – uma espécie de conselhos de administração das empresas.

**ÉPOCA – O sistema francês deu certo no Brasil?**

**Kelman** – Copiamos esse modelo 30 anos depois de ele ser criado. E numa situação totalmente diferente. No final da década de 1990, tínhamos muito menos crença na atividade estatal. Não se vislumbrava a possibilidade de criar mais organismos do governo para tratar do assunto. Ao contrário, queria-se diminuir o tamanho do Estado. O modelo francês enfatizou a descentralização do processo decisório por comitês de bacias. Aqui, não foram criadas as várias agências de bacias. Para substituí-las, criamos a ANA, uma agência nacional que descentralizava decisões para os comitês. Mas a missão da ANA ficou completamente complicada, pela questão jurídica da dupla dominialidade.

**ÉPOCA – Faltou poder de decisão à Agência Nacional de Águas?**

**Kelman** – Além da ANA, temos as entidades estaduais, os comitês de bacias estaduais e federais. Isso gerou uma grande confusão. Patinamos um pouco. Quando criamos a ANA, achávamos que o sucesso da gestão faria com que o trem se encaixasse no trilho e avançasse. Muito se avançou, mas menos do que eu esperava. Temos um sistema complexo. Uma democracia em que é difícil tomar decisão. O processo decisório é custoso. Ao contrário das agências francesas, não partimos com uma Agência Nacional de Águas milionária. Nascemos com uma ANA bem pobrezinha.

**ÉPOCA – Os EUA têm a figura dos xerifes de bacia. Daria certo aqui?**

**Kelman** – Com certeza. Esse é o tal gestor da bacia. No Mississippi, eles têm uma comissão formada por generais e civis que percorrem os Estados e dirimem os conflitos pelo uso da água. No Colorado, um cara da União faz a mesma coisa. Quando criei a ANA, esperava para ela esse mesmo papel. Mas a reação patrimonialista de “não se meta no meu Estado” atrapalhou. Os Estados americanos são muito mais fortes que os daqui. Ainda assim, o governo federal tem atuação maior. Faço uma autocrítica. Dediquei minha vida a isso, e o sucesso foi parcial. Não atingimos ainda o nível de maturidade de fora.

**ÉPOCA – Há alguma gestão emergencial para resolver o problema de São Paulo agora?**

**Kelman** – Ainda há água usada na irrigação. É muito pouco, mas tem. A primeira coisa a fazer seria dizer: “Olha, nenhum tomate será plantado com água que deixa de abastecer a cidade”. Você não precisa massacrar o fazendeiro. Paga o fazendeiro, porque a água é mais útil no abastecimento urbano do que lá. Pode ser que haja algumas indústrias na mesma situação. Com condições de produzir em outro lugar para poupar água neste momento. Sem contar o básico: ninguém lava carro, ninguém rega o jardim.